

A nossa desunião será a maior força do nosso inimigo: o olhar vigilante do DEOPS/SP e SNI e a suspeição aos movimentos pela anistia (1975-1983)

Pâmela de Almeida Resende¹

Resumo:

Essa comunicação tem como objetivo analisar a vigilância e controle de parte da comunidade de informações e segurança aos movimentos pela anistia no contexto da chamada distensão política. Isso porque, as demandas dessas entidades com destaque para o MFPA e os CBAs estavam concentradas em questões muito sensíveis para o regime mesmo em tempos de abertura política. Ao denunciarem publicamente, no Brasil e no exterior, as arbitrariedades da ditadura e exigirem o desmantelamento da comunidade de informações e segurança, além do fim das leis repressivas, esses movimentos atingiram não apenas o alto escalão militar, comprometidos com uma abertura que fosse lenta, gradual e segura, mas também setores no interior das Forças Armadas claramente incomodados com os espaços de atuação da oposição civil organizada naquele momento. Assim, a luta dos movimentos pela anistia corroborava, na perspectiva dos militares, a necessidade de constituir uma vigilância cerrada aos opositores ou possíveis opositores do regime. A análise da relação entre a vigilância do Estado e a atuação dos movimentos pela anistia precisa levar em consideração, portanto, os limites da chamada abertura lenta, gradual e segura cujas práticas guardam muitas continuidades em relação ao período anterior, além de trazer à tona os dissensos no interior das Forças Armadas e a atuação e capacidade mobilizatória das entidades de luta pela anistia.

Palavras-chave: Vigilância, Militares, Anistia.

A atuação na cena pública dos movimentos de luta pela anistia, na década de 1970, está inserida num quadro de fortalecimento da oposição democrática, a partir do crescimento de setores da sociedade que se organizavam em torno de demandas como a localização dos mortos e desaparecidos, o desmantelamento do aparato repressivo, a restauração do *habeas corpus*, o retorno ao Estado de Direito, entre outras. De acordo com Maria Paula Araújo,

A derrota da luta armada propiciou a construção de um novo campo de luta e oposição ao regime. Esse novo campo buscava romper os limites da clandestinidade e tornar visível a oposição à ditadura. Dessa forma valorizava a luta política e legal e a participação em espaços públicos e abertos. Uma oposição cada vez mais legal, pública, visível e até mesmo institucional começou a se delinear a partir dos primeiros anos da década de 1970, logo após a derrota da luta armada, entre 1972 e 1974. Em 1974 esse novo quadro já estava com os contornos claramente definidos (ARAÚJO, 2000, p. 118).

Portanto, a conjuntura pós-1970 foi marcada pelo protagonismo de entidades e pessoas que buscavam alargar o espaço de atuação na política a partir da resistência e luta democrática

¹ Mestra em História Social pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em História Social pela Universidade de São Paulo (USP). Com financiamento parcial do CNPq, esse artigo é resultado de algumas reflexões apresentadas na dissertação de mestrado intitulada *Os*

contra o regime. Tendo em vista a capacidade mobilizatória e amplitude de suas demandas, a campanha pela anistia ampla, geral e irrestrita vai aparecer como a principal bandeira agregadora da oposição surgida naquele momento. Aos poucos, a palavra *Anistia* deixava de ser uma reivindicação secundária para assumir um lugar central entre as demandas da oposição a partir da constituição de movimentos pela anistia. Em 1975 foi criado, em São Paulo, o Movimento Feminino pela Anistia (MFPA) sob a liderança da advogada Therezinha Zerbine. É inegável o protagonismo das mulheres naquele momento, já que são principalmente as mães, companheiras, irmãs e filhas dos presos e desaparecidos que saem às ruas e percorrem os presídios em busca de informações. De acordo com a ex-presa e familiar de desaparecido, Rosalina de Santa Cruz Leite, “essas ações consolidavam laços de companheirismo que se estabeleciam entre as famílias, formando uma rede de solidariedade e apoio mútuo quase que exclusiva de mulheres” (SILVA, 2009, p. 116).

A partir dessa conjuntura e, principalmente, a partir de 1978, com a criação dos Comitês Brasileiros pela Anistia (CBAs) há um fortalecimento da demanda pela anistia que passou a reunir intelectuais, estudantes, lideranças de esquerda, além de uma rede de solidariedade formada no exterior. Essa frente mais ampla de luta também se refletiu na pauta das reivindicações que passou a exigir além da anistia ampla, geral e irrestrita, a responsabilização dos envolvidos nos crimes de tortura, sequestro e desaparecimento e a denúncia das condições dos presos políticos. Destaca-se, ainda, sobretudo no ano de 1979, a ocupação por parte dos movimentos pela anistia dos espaços parlamentares, com o objetivo de pressionar o governo por reformas mais amplas e pela ampliação do projeto de lei. Desse modo, a aprovação da Lei de Anistia, em agosto do mesmo ano, não significou um fim imediato das atividades dos CBAs que continuaram organizados e passaram a questionar publicamente a lei 6.683/79.

Assim, com o intuito de analisar os significados, sentidos e características da vigilância empreendida pelo DEOPS/SP e SNI é preciso levar em consideração a atuação central dos movimentos pela anistia e os descontentamentos de parte da comunidade de informações e segurança visivelmente incomodada com os rumos da abertura e o jogo de concessões e conquistas em curso. Para Samantha Quadrato (QUADRATO, 2005, p. 39), o que se verificou em 21 anos de ditadura civil-militar foi a atuação diferenciada de setores no interior das Forças Armadas de acordo com o clima político do país. Dessa maneira, o

vigilantes da ordem: a cooperação DEOPS/SP e SNI e a suspeição aos movimentos pela anistia (1975-1983).
Email: pamelaresende@yahoo.com.br.

primeiro período seria entre 1964-1968, anos iniciais do regime, quando o Estado autoritário promoveu uma *operação limpeza* entre a oposição, além da decretação dos famosos Atos Institucionais; o segundo período, entre 1968-1974, seria marcado pela decretação do AI-5, em 13 de dezembro de 1968, e o fechamento completo do regime. Estavam suspensas, portanto, todas as garantias constitucionais, só que dessa vez por tempo indeterminado; o terceiro período, entre 1974 e 1985, seria marcado pelo anúncio da abertura política e pelas disputas internas entre setores do regime visivelmente insatisfeitos com os rumos da transição. Permanecia intacta, portanto, a comunidade de informações e segurança, ao mesmo tempo em que há uma *tolerância* maior com a oposição política. Segundo Janaína Teles,

A escolha de como conduzir a repressão política, de definir quem seriam os eliminados e a maneira de fazê-lo, se deu numa perspectiva de manter a coesão entre as alas militares em conflito e, também, agregar ao projeto de distensão setores dos partidos políticos atuantes no Congresso Nacional e parte da imprensa, de acordo com a estratégia da ‘conciliação pelo alto’ (TELES, 2005, p. 37-8).

Em outras palavras, tratava-se de garantir uma governabilidade mínima ao “presidente da distensão”, pautada na criação da figura do presidente Ernesto Geisel como um político moderado. Para Maud Chirio (CHIRIO, 2012, p. 172) é sintomático perceber que uma vez que houve democratização, o general que esboçou seu começo ficou marcado na memória coletiva sob os traços de um democrata. Não por acaso, temos, em 1975, a chamada “crise dos desaparecidos (COMISSÃO DE FAMILIARES DOS MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS, INSTITUTO DE ESTUDOS SOBRE A VIOLÊNCIA DO ESTADO, 2009, p. 628). As ausências do corpo e do ritual do luto imprimiram uma “normalidade institucional” ao governo Geisel, já que no ano anterior houve o registro de 54 desaparecidos políticos e apenas um “morto oficial” (TELES, 2009, p. 153). Para os familiares restava a dor e a negação da despedida.

Na visão de Geisel e de boa parte da chamada “linha dura”², a derrota da ARENA nas eleições legislativas de 1974 significava uma inflexão para os rumos de uma abertura que se pretendia lenta, gradual e segura, já que a mudança no cenário político era notável. Tornava-se necessário assegurar o controle político de modo a garantir que o processo de distensão não saísse do controle, evitando os chamados “radicalismos” tanto dos movimentos de oposição

² Ainda hoje se costuma categorizar os militares em dois grandes grupos: duros *versus* moderados. Essa divisão, no entanto, nos parece insuficiente tendo em vista os diversos alinhamentos políticos e crises militares presentes no interior das Forças Armadas. Para João Roberto Martins Filho, no final do governo de Castelo Branco pelo

quanto dos militares claramente insatisfeitos com o processo de saída do poder.³ Isso porque, as Forças Armadas haviam permanecido *coesas* no poder para efeito do “público externo” e teriam que sair em bloco, sem fissuras, frente à sociedade (D’ARAÚJO, 2004, p. 93).

Acreditamos, portanto, que é possível pensar certa especificidade na vigilância e controle naquele momento, tendo em vista o modo como se articulam forma e conteúdo nos documentos analisados. No caso dos movimentos pela anistia, a atenção da comunidade de segurança e informações esteve centrada, sobretudo, na maneira como os diferentes movimentos e entidades articulavam suas demandas na cena pública.

Para a lógica do Estado autoritário, os movimentos pela anistia eram vistos como lugares de discussão e articulação política, mas, sobretudo, de infiltração e disseminação de ideias consideradas “subversivas”. Essa concepção ocasionou a produção de extensos dossiês, no DEOPS/SP e no SNI, com informações que dão conta das relações existentes entre os grupos e pessoas reunidas em torno da bandeira da anistia. Logo, ao mesmo tempo em que as forças opositoras lutavam por espaço, a comunidade de informações e segurança do regime reforçava, por meio da vigilância diária e constante, a ideia de que as ações empreendidas levavam em consideração a defesa do Estado e da família brasileira *ameaçada* pelo comunismo.

Desse modo, por muitos meios e práticas os atos públicos, vigílias noturnas, debates, panfletagens, shows e passeatas organizadas pelos movimentos pela anistia estiveram sob o olhar vigilante do regime. No entanto, a análise documental demonstrou que existem diferentes motivações e ações no espaço temporal entre 1975 e 1983. Se, por um lado, tal documentação evidencia que os militares e os movimentos pela anistia vivenciaram tensões e conflitos, sobretudo, por conta do tipo de anistia idealizado por esses grupos, por outro lado, é possível notar algumas dinâmicas diferenciadas dentro dessa cronologia mais ampla.

Em 1975, ano de surgimento do MFPA, a atenção dispensada aos movimentos pela anistia ainda era incipiente, e estava relacionada à vigilância a outros movimentos, como o estudantil. Constituiu-se cobertura a tudo o que acontecia nas universidades, principalmente USP e PUC-SP, com numerosos informes feitos pelos agentes que descreviam a rotina acadêmica, como a circulação de panfletos, cartazes pregados nos prédios e realização de

menos quatro grupos distintos se formaram: os castelistas, a linha dura, os albuquerqueístas e os palacianos (MARTINS FILHO, 1995, p. 116-122).

³ A despeito da significativa autonomia adquirida pelo aparelho repressivo, não trabalhamos com a ideia de que os órgãos de informações e segurança estavam fora de controle ou que muitas das suas ideias não eram compartilhadas por membros do alto escalão.

seminários e debates. Na luta contra o regime, os movimentos pela anistia entendiam que era por meio da organização e conscientização junto com outros movimentos populares, associações e sindicatos que seria possível um posicionamento de resistência à política autoritária dos militares. De um modo geral, nesse primeiro momento a questão da anistia era reivindicada por movimentos que discutiam também a volta do Estado de Direito, a redemocratização do país, melhorias nas condições de vida, entre outras.

Uma característica que pode ser notada já em 1975 e que seria uma constante durante todo o período analisado, é a preocupação com a rede de solidariedade e denúncia formada no exterior e a ligação de Therezinha Zerbini, presidente do MFPA, com grupos como a Anistia Internacional e, posteriormente, com os núcleos dos CBAs na Europa. Em um documento emitido pelo Departamento da Polícia Federal do Rio de Janeiro (DI-GB), de 26 de novembro de 1974, e com difusão para boa parte da comunidade de informações e segurança do regime, a necessidade de atenção à movimentação principalmente da Anistia Internacional é clara:

Assunto: ANISTIA INTERNACIONAL – SUBVERSÃO DA ORDEM E DEMAGOGIA (ANÁLISE POLÍTICA).

Origem: Cartazes Políticos pregados em monumentos e caixas dos correios em Bruxelas/Bélgica e ‘Jornal do Brasil’.

Há, atualmente, nos grandes centros urbanos dos principais Estados do País, um processo de subversão, orientado pela esquerda extremista com a conivência de políticos frustrados e punidos pelos Atos Institucionais da Revolução de Março de 1964. Esse movimento, urdido e manipulado à socapa, vem-se ampliando, com repercussão já no exterior, com o propósito de desmoralizar as nossas Instituições, desprestigiar a autoridade constituída e combater o Governo. [...] Por outro lado, há cerca de 10 dias, nas ruas de Bruxelas, Bélgica, nos monumentos e caixas dos correios, estão sendo pregados cartazes contra o Brasil. Esses cartazes, de ordinário, são confeccionados por adeptos doutrinários do Arcebispo Dom HÉLDER CÂMARA, fora do nosso país. (ACE 80323/74. Fundo SNI. Arquivo Nacional).

Já em 1977, em uma visita de Thomas Hammerberg, presidente da Anistia Internacional ao Brasil, temos um documento⁴ detalhando as atividades dele, como a sua visita à CNBB e à Nunciatura Apostólica, onde chegou a falar dos asilados políticos brasileiros que lá estavam. Na sequência, descreveu as ideias de Hammerberg sobre Direitos Humanos e Anistia em países como Brasil, Coréia do Sul, Irã, Indonésia, etc. O agente relata que, segundo ele,

⁴ 50-E-10-12. Fundo DEOPS/SP. Arquivo Público do Estado de São Paulo.

a Questão dos Direitos Humanos irá pressionar cada vez mais, no mundo todo, governos de todos os tipos. Existe, inclusive, um forte sentimento de rejeição a hipocrisia: ‘Votar pelos direitos humanos e contra a tortura em assembleias internacionais, e praticá-las internamente. Para Hammerberg, as declarações do governo brasileiro contrárias as torturas são ‘auspiciosas’, ‘bons indícios’, mas a anistia ‘continua a receber relatórios minuciosos sobre torturas em presos políticos que provam que as promessas não estão sendo cumpridas (50-E-10-11. Fundo DEOPS/SP. Arquivo Público do Estado de São Paulo).

Em outro documento⁵ constam relatórios diários de todos das ações de Hammerberg no Brasil, principalmente seu encontro com Therezinha Zerbine. Além disso, todos os seus dados encontram-se igualmente anotados: nomes dos pais, local de nascimento, número do passaporte e número do quarto do hotel onde ficou hospedado. Na continuação, temos em anexo⁶ todas as reportagens⁷ que saíram sobre a visita de Hammerberg. Nos anos seguintes, a preocupação com o reflexo das ideias vindas de fora permaneceria. Ao fazer considerações sobre a criação dos CBAs, em 1978, e as posições políticas de Ruth Escobar, uma das principais militantes pela causa da anistia, um informante do DEOPS/SP relatou:

Ruth Escobar veio orientada pela Esquerda Internacional, a criar no Brasil um CBA, que perseguissem os objetivos das congêneres em outros países, exercendo crescente pressão sobre o governo para forçá-lo a conceder ‘aberturas políticas’, como primeira ‘deixa’ para entrarem em cena, seguindo-se após, intensa mobilização, utilizando-se de todos os artifícios possíveis, explorando todos os inesgotáveis temas que pudessem abalar a opinião pública, tentando sempre colocar em ‘xeque’ a autoridade do regime, e inevitavelmente, o primeiro passo a ser dado seria a libertação de todos os ‘presos políticos’, a Anistia para os banidos e exilados, a devolução dos direitos dos cassados, e da liberdade para, retornando ao país poderem atuar – como sempre o fizeram em outras épocas – mas agora sob a legalidade, abertamente, sem os temores da clandestinidade (50-Z-0-15381. Fundo DEOPS/SP. Arquivo Público do Estado de São Paulo).

Com efeito, os movimentos pela anistia aqui no Brasil sabiam que, para ter maior visibilidade no exterior, era necessária uma publicidade dos eventos realizados, mas também uma articulação com a rede de solidariedade e denúncia criada, principalmente em países europeus. Assim, em junho de 1979, foi realizada em Roma a “Conferência Internacional pela Anistia Ampla, Geral e Irrestrita e pelas Liberdades Democráticas no Brasil” com o objetivo

⁵50-L-0-193. Fundo DEOPS/SP. Arquivo Público do Estado de São Paulo.

⁶50-L-0-195. Fundo DEOPS/SP. Arquivo Público do Estado de São Paulo.

⁷A mesma notícia foi coberta pelos seguintes jornais: *Jornal da Tarde* (“Anistia Internacional quer abrir um escritório no Brasil”) em 12/11/1977; *Jornal da Tarde* (“Anistia: a visita de Hammerberg ao Brasil”) em 14/11/1977; *O Estado de São Paulo* (“Anistia: Brasil tem 213 presos políticos”) em 15/11/1977; *Última Hora* (“Café da manhã: o homem da Anistia”) em 15/11/1977.

de promover um desgaste da imagem do regime, mas também potencializar a ação dos movimentos pela anistia. Esse evento representou, ainda, a articulação dos CBAs brasileiros e daqueles com sede na Europa, num momento extremamente decisivo: o governo acabara de enviar ao Congresso o projeto de lei de anistia, o que causou ampla repercussão tanto na imprensa brasileira quanto europeia para os dois eventos que aconteceram quase simultaneamente (GRECO, 2003, p. 205).

A partir dessas *evidências*, ou seja, da reiteração da ideia de uma ligação entre os movimentos pela anistia e os movimentos no exterior, o regime construiu um discurso que buscava legitimar seus atos, além das infiltrações e manipulações da informação numa narrativa articulada entre forma e conteúdo dos documentos. Ainda em 1978, em outro relatório produzido também pelo DEOPS/SP sobre a realização do “I Congresso Nacional pela Anistia” na PUC/SP, num determinado momento, o agente afirmou: “toda a equipe de representantes estrangeiros, tiveram uma atuação muito ativa dentro e fora do Congresso pela Anistia, todos estão comprometidos em divulgar dentro e fora da Europa uma campanha contra o governo brasileiro” (50-Z-0-14861. Fundo DEOPS/SP. Arquivo Público do Estado de São Paulo). Nessa mesma perspectiva, em outro relatório, produzido pelo SNI – Agência São Paulo, em 08 de novembro de 1978, ou seja, alguns dias depois da realização do I Congresso, o agente após descrever as deliberações do evento, concluiu:

Do exposto, observa-se que:

- a. Existe um plano, já em execução, cujo objetivo é obter a anistia e a consequente libertação dos presos políticos brasileiros, além de possibilitar o retorno, a curto prazo, de terroristas e subversivos que se encontram banidos ou no exílio.
- b. Para a consecução desse plano há interesse em sensibilizar a opinião pública nacional através de cartas, panfletos e reuniões. No mesmo sentido, no campo internacional, convidar indivíduos ligados ao setor da anistia, para que tomem conhecimento de supostas arbitrariedades que teriam sido cometidas pelos Órgãos de Segurança (ACE 6515/81. Fundo SNI. Arquivo Nacional).

Em outro documento, igualmente produzido pelo SNI, que data de 7 de novembro de 1978, portanto, um dia antes do apresentado acima, há também a questão do retorno dos exilados, dentro dessa perspectiva de denúncia das arbitrariedades cometidas pelo regime no exterior. No entanto, segundo o informante, houve uma preocupação com as consequências da volta sem anistia: “no que tange aos exilados, a maioria mostrou-se favorável a que fossem evitados açodamentos para o regresso tendo em vista as pressões que ainda possam surgir e até mesmo as dificuldades de emprego, no momento” (ACE 7542/80. Fundo SNI. Arquivo Nacional). Nessa mesma perspectiva, em outro relatório, dessa vez produzido pelo

DEOPS/SP, e também sobre a realização do I Congresso Nacional pela Anistia há o apontamento em comum com o anteriormente citado. De acordo com ele,

No que tange aos exilados, ficou comum aos participantes, que não deveriam apressar de imediato a volta dos mesmos, pois que os mesmos encontrariam problemas dos mais diversos, como penas a cumprir, longas fichas nos órgãos de repressão e informação do país, pois que ninguém sabe quantos arquivos detem o poder para controlar os exilados e demais antagonistas políticos ao regime (50-Z-130-5226. Fundo DEOPS/SP. Arquivo Público do Estado de São Paulo).

O interessante é perceber, a partir desses exemplos, a constituição da informação (recebimento de documentos, elaboração de relatórios detalhados, relatórios diários e arquivamento de jornais) construída pela comunidade de informações e segurança de forma a levar à criminalização do indivíduo e de quem manteve contato com ele de alguma maneira, já que todas essas pessoas também se encontravam fichadas.

Na década de 1980, a análise da documentação apontou que a *lógica da desconfiança* do DEOPS/SP e do SNI vai ser pautada pelo progressivo esvaziamento dos CBAs, estando a demanda da luta pela anistia mais uma vez conjugada a outras bandeiras políticas. Se, na segunda metade da década de 1970, o diálogo acontecia principalmente com o movimento estudantil, na década de 1980 os movimentos pela anistia voltam sua atenção para uma articulação com o movimento sindical e também para a perspectiva da popularização da luta, questão aprovada ainda em 1978 por ocasião do I Congresso Nacional pela Anistia.

Pensando nisso, notamos que o controle e vigilância nesses dois momentos estão relacionados não apenas com a luta pela anistia, mas com os diálogos estabelecidos entre esses movimentos considerados “subversivos”. Essa característica comum, a formação dos movimentos pela anistia e o início da década de 1980, revela que o aparato de informações e segurança do regime estava atento às relações tecidas entre os diversos setores, especialmente pelo acompanhamento diário das atividades estudantis e sindicais que, invariavelmente, faziam referência à luta pela anistia. Tudo era devidamente vigiado e relatado.

Em um informe produzido pela Agência Central do SNI, em 12 de março de 1980, temos uma análise dos rumos tomados pelos CBAs nesse momento, tendo em vista a aprovação da Lei de Anistia nos moldes propostos pelo governo. Segundo ele,

Após ter se esvaziado o principal motivo dos CBA, os Comitês depois do Congresso Nacional pela Anistia realizado em Salvador (BA), resolveram adotar como linha política geral a aproximação da Luta pela Anistia com os movimentos populares. Foram sugeridas as seguintes propostas:

- Formação de um Comitê de Apoio ao Movimento Popular contra a repressão, A justificativa para a formação deste Comitê é que, na atual conjuntura, deve-se dar ênfase às ligações com os movimentos de massas, comandos de greves, sindicatos, associações de bairros, etc.
- Esses Comitês seriam organizados dos atuais núcleos dos CBA e dariam apoio político e material aos movimentos populares.
- Ampliar as denúncias da repressão policial e da questão da prisão tutelar (ACE 2785/80. Fundo SNI. Arquivo Nacional).

Na perspectiva do SNI, no entanto, a maioria dos documentos ressalta o caráter da continuidade da luta, a partir das campanhas pela execução da Lei de Anistia e das buscas dos familiares pelos mortos e desaparecidos. Se aquele momento foi caracterizado pela necessidade de aproximação com as classes populares, num processo iniciado ainda em 1979, seria marcado, ainda, pelo progressivo esvaziamento dos CBAs e o protagonismo cada vez maior da luta dos familiares que não haviam sido atendidos em suas demandas e reivindicações. Em maio de 1980, o SNI – Agência Rio de Janeiro elaborou uma análise no momento da realização do II Congresso Nacional pela Anistia, em novembro de 1979, buscando destacar a atuação dos familiares e o indicativo de que estes tinham a intenção de organizar uma caravana à região do Araguaia:

(...) os Movimentos pela Anistia e os familiares dos guerrilheiros estão organizando a caravana, que terá os seguintes objetivos: - chamar a atenção da opinião pública internacional e nacional sobre o fato; - colher dados sobre os participantes do movimento guerrilheiro; - cobrar do Governo os esclarecimentos julgados necessários, através de ações judiciais (ACE 2676/80. Fundo SNI. Arquivo Nacional).

Em outros documentos, no entanto, os agentes procuraram chamar atenção para os possíveis conflitos gerados em função desse aceno dos familiares em se deslocarem até a região onde ocorreu a Guerrilha do Araguaia. Em dois documentos⁸, ambos produzidos no mesmo dia, 18 de julho de 1980, o destaque é o sentido conferido às discordâncias entre visões distintas sobre a realização da caravana. De acordo com esses relatórios, as agentes pastorais de Marabá, no Pará, e o advogado e presidente do CBA/SP Luiz Eduardo Greenhalg seriam os principais protagonistas desse dissenso em relação à decisão dos familiares. No entanto, o que chamou atenção, de fato, foi a tentativa de descaracterizar essa iniciativa, além de supostamente isentar o regime de qualquer opinião contrária ao tema, tendo em vista que não há nenhuma menção nesse sentido. No caso do DEOPS/SP, o destaque é dado mais para a perspectiva da necessidade de unificação dos movimentos a partir da ótica da continuidade da luta, como está expresso no título do relatório e no seu conteúdo:

Dia 29.05.80: o tema foi A CONTINUIDADE DA LUTA PELA ANISTIA, com início às 20:30 hs no sub-solo da catedral de Santo Antonio e a presença de aproximadamente 50 pessoas. A mesa que dirigiu os trabalhos foi composta da seguinte forma: Francisco Rafael (presidente do CBA-Piracicaba), Luis Eduardo Greenhalgh (presidente do CBA-São Paulo), Tereza Fiel Filho (irmã de Manuel Fiel Filho), Márcia Augusta Capistrano (irmã de David Capistrano, desaparecido), Ana Dias da Silva (viúva de Santos Dias da Silva). As três senhoras foram breves em suas palavras, contando para os presentes da experiência pessoal que passaram quando membros de suas famílias foram mortos ou ‘desapareceram’, a luta que vem fazendo para conscientizar a população para lutar contra o regime. Greenhalgh salientou o fato de que a luta pela Anistia continua, não pode parar com a anistia parcial concedida. Ela recomeça com a anistia para os trabalhadores, bem evidenciada no ABC, numa anistia pelo povo brasileiro, o CBA não pode parar. As entidades civis, os movimentos populares, a busca nos cemitérios de corpos de presos que se opuseram ao regime, são algumas das formas de prosseguir com a luta (20-C-44-10909. Fundo DEOPS/SP. Arquivo Público do Estado de São Paulo).

Notamos, a partir desse relatório, que as preocupações que envolviam a comunidade de segurança e informações nessa vigilância em pleno processo de abertura se davam não apenas pela bandeira da luta pela anistia, mas pelas manifestações conjuntas entre os movimentos, evidentes na posição do advogado Luiz Eduardo Greenhalg, que advertia para a necessidade de prosseguir com a luta pela anistia articulada ao movimento sindical. Após o episódio do RioCentro, em 1981, realizou-se na Praça da Sé um “Ato Público em Repúdio aos Atos Terroristas”. O curioso é perceber, além da descrição detalhada, os comentários feitos pelo agente que cobriu o evento. Conforme o relato,

I – No dia 21 Mai 81 por volta de 18:30 horas realizou-se nas escadarias da Catedral da Praça da Sé um ‘Ato Público em Repúdio aos Atos Terroristas’, organizado pelas seguintes entidades:

- Associação Brasileira de Imprensa – S. Paulo;
- Comissão de Justiça e Paz;
- Comitê Brasileiro pela Anistia;
- Conselho Coordenador das Sociedades Amigos de Bairros;
- Movimento contra a Carestia;
- Ordem dos Advogados do Brasil;
- Partidos Políticos de Oposição;
- União Metropolitana de Estudantes Secundaristas;
- Unidade Sindical.

II – Participaram do Ato cerca de 600 pessoas.

Os oradores em suas falas se prendiam num mesmo assunto: ‘exigência rápida da apuração dos culpados pela explosão da bomba no RioCentro, na Ordem dos Advogados do Brasil no Rio de Janeiro e no Jornal Tribuna da Imprensa’ e ‘punição rigorosa dos culpados’.

⁸ ACE 3759/80 e ACE 9572/80. Fundo SNI. Arquivo Nacional.

III – Notava-se a descontração dos oradores ao atacar violentamente com palavras as autoridades constituídas, falando os nomes das mesmas e tendo alguns chegado ao ponto de exigir a execução dos elementos dos DOIs-CODI em Praça Pública. (ACE 7638. Fundo SNI. Arquivo Nacional).

Essa capacidade de aglutinação dos movimentos configurava a ampliação da suspeição dos órgãos repressores. Esse documento é especialmente interessante porque o agente, além de fornecer os “dados técnicos” da informação, como quantidade de pessoas, entidades presentes, data, hora e local, e as palavras de ordem (muito comuns na quase totalidade dos relatórios analisados), nomeia os integrantes do regime como “autoridades constituídas” e “elementos” numa mesma frase, além de deixar claro que, em 1981, ou seja, sete anos após o início da chamada “abertura política”, a ditadura não só continuava perseguindo e vigiando os opositores ou possíveis opositores do regime como também demonstrava o quão complexas eram as relações com setores da comunidade de informações e segurança.

Os anos de 1978 e 1979 são marcados, então, pela capacidade de aglutinação de pessoas em torno dos eventos, cada vez mais constantes, pela anistia. Durante esse período, a vigilância sobre esses movimentos e seu público era de tal magnitude que ações aparentemente banais foram objeto de descrição detalhada nos documentos produzidos. A lógica do máximo de informações estava relacionada a uma concepção de que era necessário promover um desnudamento do cotidiano das pessoas vigiadas e de quem mantivesse contato com elas.

Nesse sentido, inserido nessa lógica de produção de uma quantidade significativa de documentos acerca dos atos, manifestações, vigílias, etc, alguns eventos se destacaram não apenas quantidade de relatórios encontrados, mas também pela sua centralidade e capacidade de articulação. Em 27 de março de 1978, por exemplo, realizou-se no teatro Ruth Escobar um ato público com o objetivo de criar um Movimento Nacional de Anistia, através da articulação de diferentes entidades e pessoas. O primeiro documento⁹ foi produzido pelo DEOPS/SP e arquivado no âmbito da Divisão de Informações e Segurança.¹⁰ Intitulado *Ato Público* e tendo como difusão a *Comunidade de Informações*, é possível perceber que o agente começa relatando detalhadamente as pessoas e entidades presentes¹¹ no evento e o horário de início e

⁹50-Z-0-14.384 / 50-Z-0-14.383 / 50-Z-0-14.382 / 50-Z-0-14.381. Fundo DEOPS/SP. Arquivo Público do Estado de São Paulo.

¹⁰ Esse relatório é um bom exemplo de documento produzido numa data e arquivado posteriormente. Isso porque ele data de 27/03/1978, mas só foi arquivado pela DI em 19/05/1978. Além disso, a folha que antecede o documento data de 28/03/1978. Verifica-se, então, as fases de criação e o seu posterior arquivamento.

¹¹ De acordo com esse agente, estiveram presentes cerca de 450 pessoas nesse ato público.

término, sempre destacando esses dados com o recurso das letras maiúsculas. É possível pensar que essa era uma estratégia para facilitar o posterior fichamento dos indivíduos que participavam desses eventos, já que em boa parte dos documentos os nomes são marcados a caneta. Na sequência, a ênfase recai sobre as discussões em torno da palavra de ordem que seria uma das marcas do movimento: “PELA ANISTIA AMPLA E IRRESTRITA A TODOS OS PRESOS POLÍTICOS E PERSEGUIDOS” (50-Z-0-14382. Fundo DEOPS/SP. Arquivo Público do Estado de São Paulo).

O segundo documento¹², produzido pelo SNI – Agência São Paulo¹³, com o título *Atividades do Movimento Feminino pela Anistia (MFPA) São Paulo – SP*, data de 19 de Abril de 1978, ou seja, posteriormente ao produzido pelo DEOPS/SP. É possível perceber, então, que as informações contidas são oriundas do primeiro relatório produzido pela polícia política¹⁴, tendo em vista que as informações, além de serem repetidas (o que poderia indicar também a infiltração de agentes do SNI nesse evento), são descritas com a mesma estrutura de palavras do documento anteriormente analisado.

Como exemplo, temos o trecho em que há o mesmo destaque para a intervenção de Therezinha Zerbini: “a representante do MFPA afirmou que as lutas pela anistia deveriam ser estruturadas tecnicamente e que o movimento de massas deveria utilizar-se das brechas da ditadura”. Esse documento é particularmente interessante porque, além de trazer as movimentações das entidades e pessoas em torno da bandeira da anistia, há o arquivamento de uma sequência de eventos ocorridos entre março e abril de 1978, ou seja, período de construção e fortalecimento de um movimento nacional pela anistia. A conclusão do relatório apresenta um pouco a amplitude dessa campanha, já que todas as informações dos eventos fichados nesse período tem o mesmo teor:

Está sendo articulado um plano para a criação, a nível nacional, de um movimento em prol da anistia. Estão ocorrendo cisões entre as entidades que se propõem à execução desse plano. Enquanto que representantes de entidades estudantis e do COMITÊ 1 DE MAIO visam socializar o movimento, o MFPA procura manter-se alheio ao aspecto político, preferindo a idéia de continuar isolado na consecução de seus objetivos. Para tal, dispõe de núcleos em diversos Estados brasileiros, fato este que facilita a execução de uma campanha a nível nacional. A imprensa da área está explorando o tema ANISTIA, o que favorece o engajamento de diversas entidades na articulação do movimento em pauta (ACE 7464/81. Fundo SNI. Arquivo Nacional).

¹² ACE 7464/81. Fundo SNI. Arquivo Nacional.

¹³ Esse documento tem como difusão apenas a Agência Central do SNI.

¹⁴ Como destacado anteriormente, o relatório produzido pelo DEOPS/SP tinha como difusão a comunidade de informações.

Produzido pelo CIE em 29 de agosto de 1978, o terceiro e último documento¹⁵ tem como título *Movimento de Anistia – MFPA e CBA*, com difusão para a Agência Central do SNI, CENIMAR e CISA. Com o objetivo de fazer um registro cronológico dos eventos importantes na cidade de São Paulo, há um extenso levantamento das atividades em torno da demanda da anistia, no primeiro semestre de 1978, inclusive com os apoios de organismos internacionais à luta aqui do Brasil. São apontadas também declarações de pessoas, entidades e jornais, como o *Voz Operária*, que, de alguma maneira, levavam a público a bandeira da anistia ampla, geral e irrestrita. Com relação ao ato público do dia 27 de março de 1978, não é possível identificar se, assim como no documento do SNI, há influência do relatório produzido pela polícia política. Isso porque, apesar das semelhanças, principalmente na fala dos oradores, esse documento apresenta uma riqueza muito maior de informações, o que nos leva a pensar que até pela distância temporal de produção dos três documentos, nesse último há uma mobilização maior da rede de informações, tendo em vista tanto o tamanho do documento, 66 páginas, quanto o detalhamento do trabalho de vigilância.

A partir desses relatórios, portanto, encontramos uma série de informações que demonstram o *olhar vigilante* do regime, através das detalhadas citações do que foi dito nos encontros, mas também a partir da própria lógica de fichamento. Confirma-se, assim, a existência de um projeto claramente autoritário, evidenciado não apenas pelo conteúdo, mas, principalmente, pelas terminologias utilizadas: *elemento*, *terrorista*, *subversivo*.

No caso do DEOPS/SP, por ocasião da realização do I Congresso Nacional pela Anistia, em novembro de 1978, todas essas questões acerca das estratégias dos militares visando um descortinamento da atuação dos movimentos pela anistia estariam contempladas, além da presença demasiada de mais de um agente cobrindo o mesmo evento. Desse modo, foi constante durante a pesquisa essa perspectiva do olhar duplo, que seria potencializada na realização desse congresso.¹⁶ Isso porque, a centralidade desse evento está na sistematização das entidades de luta pela anistia, as comissões formadas, o levantamento dos mortos e desaparecidos, além das denúncias das arbitrariedades do regime. Assim, alguns relatórios¹⁷ são extremamente detalhados: informam o horário de início e término do evento, as pessoas participantes e suas respectivas funções. Na parte destinada aos oradores, as intervenções feitas por estes são citadas individualmente. Dessa maneira, é possível supor que as

¹⁵ ACE 114085/78. Fundo SNI. Arquivo Nacional.

¹⁶ No fundo DEOPS/SP foi possível fazer um levantamento de pelo menos 37 relatórios de agentes infiltrados sobre o I Congresso Nacional pela Anistia.

infiltrações eram técnicas que permitiam um maior conhecimento não só das ideias que circulavam nos movimentos, mas também dos componentes.

Por outro lado, se a centralidade e importância desse evento ocasionaram a produção de uma quantidade significativa de documentos¹⁸, isso não refletiu, no caso do DEOPS/SP, em uma diversidade muito grande de reflexões por parte dos agentes infiltrados. No caso do SNI, isso é ainda mais evidente quando notamos que são poucos os documentos encontrados elaborados pelas agências desse órgão. A grande maioria diz respeito, na verdade, a relatórios produzidos pelo DEOPS/SP e que se encontram anexados compondo uma narrativa em certa medida muito restrita a análises da polícia política.

É necessário ter em vista, então, que os recortes e perspectivas apontados nesse capítulo não representam a totalidade da questão que envolve as relações entre o Estado e os movimentos pela anistia. Entretanto, através da apreciação de alguns pontos diretamente relacionados com o objeto em questão, buscou-se desenvolver uma percepção das especificidades, dentro dessa cronologia mais ampla, e o mais importante, os sentidos apresentados. Inicialmente, destacamos a ideia de que a concepção de uma transição totalmente controlada pelos militares acaba por relegar a segundo plano os espaços de negociação que precisaram ser estabelecidos entre um governo que acenava com a abertura política ao mesmo tempo em que mantinha funcionando o aparato repressivo; entre a comunidade de informações e segurança visivelmente incomodada com as mudanças políticas em curso; e, por fim, os espaços ocupados por uma oposição cada vez mais articulada em suas demandas e na pressão ao governo.

A partir da compreensão da maneira como se articulavam todas essas questões, a documentação pesquisada tornou-se menos árida. Construir uma narrativa a partir do trabalho diário de vigilância requer perceber as intencionalidades presentes, a partir de uma linguagem carregada de sentidos e estereótipos. Assim, é fundamental compreender a procedência de cada documento e as condições de sua produção, tendo em vista que esses papéis são produtos de órgãos que visavam a difamação e a construção de uma *verdade* intencionalmente formulada para respaldar suas práticas.

Referências

¹⁷Dossiê 50-Z-0-14864/14863. Fundo DEOPS/SP. Arquivo Público do Estado de São Paulo.

¹⁸Temos, ainda, alguns documentos referentes à solidariedade e apoio de pessoas e entidades no exterior aos participantes do congresso. 50-Z-130-5212/50-Z-130-5210/50-Z-130-5208/50-Z-130-5207. Fundo DEOPS/SP. Arquivo Público do Estado de São Paulo.

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)**. Bauru: EDUSC, 2005.

ARAÚJO, Maria Paula. **A Utopia fragmentada: as novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970**. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

ARQUIVO NACIONAL. **Serviço Nacional de Informações**.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Departamento de Ordem Política e Social de São Paulo**.

COMISSÃO DE FAMILIARES DE MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS; IEVE – INSTITUTO DE ESTUDOS SOBRE A VIOLÊNCIA DO ESTADO. **Dossiê Ditadura: mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964-1985)**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009.

CHIRIO, Maud. **A política nos quartéis: revoltas e protestos de oficiais na ditadura militar brasileira**. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

CRUZ, Rosalina Santa. *Elas se revelam na cena pública e privada: as mulheres na luta pela anistia*. In: SILVA, Haike R. Kleber da. **A luta pela anistia**. São Paulo: Arquivo Público do Estado de São Paulo; Imprensa Oficial; Unesp, 2009.

D'ARAÚJO, Maria Celina. “Geisel e Figueiredo e o fim do regime militar.” In: **Seminário 40 anos do golpe de 1964. 1964-2004, 40 anos do golpe, ditadura militar e resistência no Brasil**. Rio de Janeiro: 7letras, 2004.

GRECO, Heloisa Bizoca. **Dimensões fundacionais da luta pela anistia – dimensão do político ou vocação instituinte da luta pela anistia**. Tese de Doutorado. Departamento de História. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

MARTINS FILHO, João Roberto. **O palácio e a caserna: a dinâmica militar das crises políticas na ditadura (1964-1969)**. São Carlos: EDUFSCar, 1995.

QUADRAT, Samantha Viz. **A repressão sem fronteiras: perseguição política e colaboração entre as ditaduras do Cone Sul**. Tese de Doutorado. Departamento de História. Rio de Janeiro: UFF, 2005.

TELES, Janaína de Almeida. **Os herdeiros da memória: a luta dos familiares de mortos e desaparecidos políticos no Brasil**. Dissertação de Mestrado. Departamento de História. São Paulo: USP, 2005.

TELES, Janaína. “Entre o luto e a melancolia: a luta dos familiares de mortos e desaparecidos políticos no Brasil”. In: SANTOS, Cecília MacDowell; TELES, Edson; TELES, Janaína (orgs.). **Desarquivando a ditadura: memória e justiça no Brasil, volume II**. São Paulo: HUCITEC, 2009.